



PORTUGAL NO ESS:
Atitudes sociais nos últimos 20 anos

SOBRE A RONDA 10 DO ESS

Na sua 10ª ronda, o *European Social Survey* (ESS) (www.europeansocialsurvey.org), incluiu, para além do módulo fixo, dois módulos rotativos. Um sobre “visões e avaliações da democracia” concebido por uma equipa liderada por Mónica Ferrín Pereira, (Universidade da Coruña), e de que fizeram também parte Enrique Hernández (Universidade Autónoma de Barcelona), Claudia Landwehr e Johannes Gutenberg (Universidade Mainz), Hanspeter Kriesi (Instituto Universitário Europeu) e Levente Littvay (Universidade Central Europeia). Outro, intitulado “Contactos digitais no trabalho e na vida familiar” foi concebido por uma equipa liderada por Anja-Kristin Abendroth (Universidade de Bielefeld), e composta ainda por Laura Lükemann (Universidade de Bielefeld), Eszter Hargittai (Universidade de Zurique), Francesco Billari (Universidade de Bocconi), Judith Treas (Universidade da Califórnia) e Irvine Tanja van der Lippe (Universidade de Utrecht).

Estão agora disponíveis dados recolhidos junto de amostras representativas das populações com 15 anos ou mais, residentes em 31 países (Alemanha, Áustria, Bélgica, Bulgária, Chéquia, Chipre, Croácia, Eslováquia, Eslovénia, Espanha, Estónia, Finlândia, França, Grécia, Hungria, Islândia, Irlanda, Israel, Itália, Letónia, Lituânia, Macedónia do Norte, Montenegro, Noruega, Países Baixos, Polónia, Portugal, Reino Unido, Sérvia, Suécia e Suíça), totalizando perto de 60.000 inquiridos.

Em Portugal, o trabalho de campo foi conduzido pela GfK-Metris, entre Julho de 2021 e Março de 2022 e as entrevistas presenciais foram realizadas em casa dos inquiridos (N=1838; taxa de resposta de 47%). O estudo, integrado na Infraestrutura PASSDA (*Production and Archive of Social Science Data*; <https://passda.pt/>), foi financiado através da FCT e dos Programas Lisboa 2020, Portugal 2020, e pela EU através dos Fundos Europeus Estruturais e de Investimento.

Organização do Boletim

- 1 Uma infraestrutura europeia
- 2 O impacto do ESS em Portugal
- 3 Atitudes sociais ao longo de 20 anos (2002-2022)
- 4 A ronda 10 do ESS (2021/22)
 - 4.1 Visões e avaliações da democracia
 - 4.2 Contactos digitais no trabalho e na vida familiar
- 5 O futuro do ESS

1 UMA INFRAESTRUTURA EUROPEIA

A necessidade de criação de uma infraestrutura como o ESS surgiu em 1995, sob a liderança de Roger Jowell e Max Kaase, numa altura em que as ciências sociais na Europa tinham já uma longa tradição de investigação empírica. No entanto, a maior parte desta investigação não era de natureza verdadeiramente comparativa uma vez que os dados, recolhidos de diferentes formas nos vários países, tornavam a base de comparação extremamente frágil. Por outro lado, por diferentes razões, a maioria destes dados não estava acessível aos investigadores. A passagem da simples descrição dos factos sociais para a sua compreensão dependia da existência de inquéritos transnacionais regulares, teoricamente bem ancorados, conduzidos de acordo com padrões metodológicos rigorosos e concebidos para serem utilizados por uma ampla variedade de pessoas e para uma ampla variedade de propósitos, algo que não existia na Europa.

O processo de adesão de Portugal ao *European Social Survey* inicia-se em 2000, impulsionado por João Ferreira de Almeida, na altura membro do *Standing Committee for the Social Sciences* da *European Science Foundation*, sendo concretizado em 2002. Na sequência da abertura, por parte da FCT, de uma manifestação de interesse para a realização do ESS em Portugal, o ICS-ULisboa foi selecionado para coordenar o projeto, tendo estabelecido, para o efeito, um consórcio com o ISCTE.

O projeto integrou o programa de pesquisa do ICS-UL, *Atitudes Sociais dos Portugueses*, coordenado por Manuel Villaverde Cabral e Jorge Vala, que incorporava já projetos internacionais de reconhecido mérito (*International Social Survey Programme* e *European Values Study*).

A primeira Ronda do ESS decorreu em 2002 com a participação de 19 países europeus, tendo a FCT financiado a execução do estudo em Portugal.

Em 2012, a Comissão Europeia atribuiu ao *European Social Survey* o estatuto de *European Research Infrastructure Consortium* (ESS-ERIC) e o Estado português, representado pela FCT, assinou os estatutos do Consórcio, comprometendo-se, assim, a contribuir anualmente para o financiamento central da ERIC, e a garantir a execução, a cada dois anos, do inquérito em Portugal.

No concurso FCT para a criação de um Roteiro Nacional de Infraestruturas de Investigação de Interesse Estratégico para 2014-2020 (RNIE), a infraestrutura PASSDA, instituída através de uma parceria que envolveu unidades e centros de investigação da Universidade de Lisboa, do Iscte-IUL, da Universidade de Coimbra e da Universidade do Porto, integra o grupo de infraestruturas de elevado potencial científico e relevância estratégica nacional e regional.

A infraestrutura PASSDA agregou a representação de Portugal em duas ERIC (*European Social Survey* e *Consortium of European Social Science Data Archive* - CESSDA), a componente dos estudos eleitorais (*Comparative Study of Electoral Systems* - CSES e *Comparative National Electoral Project*-CNEP), e proporcionou a construção de um laboratório de pesquisa, no ISEG-ULisboa (XLab).

Em 2019, no âmbito da Avaliação de Maturidade das infraestruturas do RNIE, o PASSDA foi

2 O IMPACTO DO ESS EM PORTUGAL

Ao longo de 20 anos e dez Rondas de produção e disseminação em acesso aberto e universal de dados, os resultados do ESS-ERIC têm vindo a ser utilizados recorrentemente por diversos setores da sociedade portuguesa, nomeadamente a academia, os meios de comunicação social e entidades públicas.

Dados recolhidos pela *Technopolis*, mostram como Portugal se encontra entre os países com

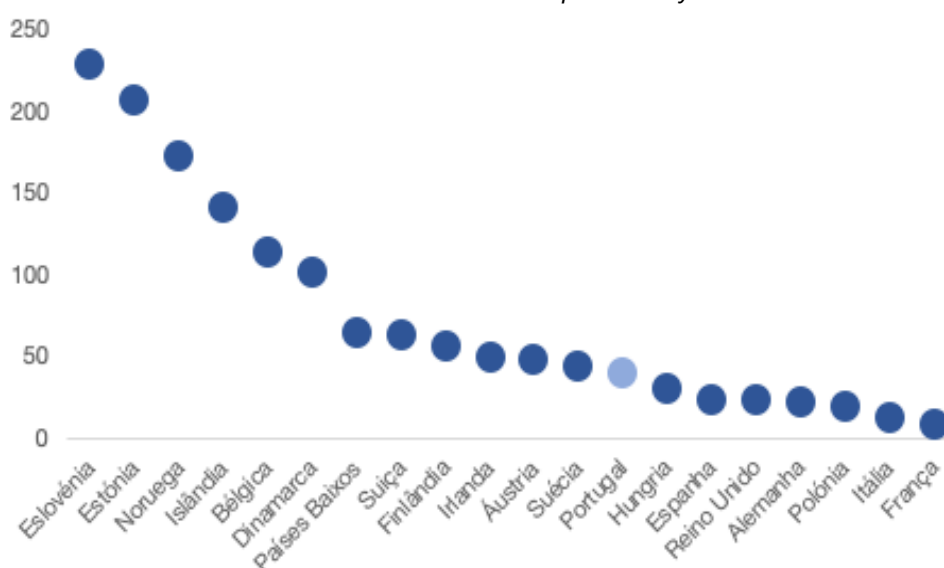
maior número de utilizadores, ponderada a população, acima da Alemanha, da França, ou do Reino Unido, países com forte tradição nas ciências sociais (Figura 1). Considerando a dimensão das comunidades científicas dos diversos países, a posição de Portugal é indicativa da relevância destes dados para o desenvolvimento das ciências sociais em Portugal.

Figura 1

Número de utilizadores por 100m hab. (2010-2020)

Fonte: *Technopolis (2022)*

Sustain 2: Impact Study of the ESS



Em todos os países participantes é na academia que se encontra a esmagadora maioria dos utilizadores dos dados do ESS, sendo em Portugal esta prevalência ainda mais acentuada, com perto de 40% de utilizadores provenientes do sector ligado ao ensino superior e investigação, seja a finalidade a execução de projetos ou a realização de teses de doutoramento (Quadro 1).

Esta tendência reflete-se nas publicações internacionais: Portugal encontra-se em 11º lugar em termos absolutos, o que reforça o reconhecimento da comunidade académica da qualidade e relevância dos dados produzidos no âmbito do ESS (Quadro 2).

Quadro 1

Percentagem de utilizadores por sector de atividade
 Fonte: *European Social Survey*

Sector de Atividade	Portugal	Conjunto dos países
Estudantes	50%	70%
Ensino superior e investigação	29%	16%
Teses de PhD	10%	6%
Utilizadores independentes	4%	3%
Outros	2%	1,4%
ONG's	2%	1,3%
Governo	1%	1%
Sector privado	1%	1%
Jornalistas	1%	0,3%

Quadro 2

Número de publicações internacionais com, pelo menos, um co-autor afiliado no país
 (2003-2021; 20 países no topo)
 Fonte: *Technopolis (2022) Sustain 2: Impact Study of the ESS*

País	N	País	N
Reino Unido	896	Portugal	179
Alemanha	783	Dinamarca	173
EUA	632	Finlândia	168
Países Baixos	578	Polónia	167
Espanha	398	França	138
Bélgica	376	Irlanda	132
Itália	351	Israel	110
Suécia	349	Hungria	107
Suíça	227	Áustria	94
Noruega	211	Estónia	92

Publicações recentes de autores portugueses em diferentes áreas temáticas

Cardoso, I. (2021). *The impact of the cultural backlash on the rise of european national populism: the fear of ethnic disappearance: CrossCountry Study of Austria and Hungary*. Master thesis. The Catholic University of Portugal.

Carneiro, A., e Sousa, H. F., Dinis, M. A., & Leite, Â. (2021). Human values and religion: Evidence from the European Social Survey. *Social Sciences*, 10(2), 75.

Coelho B., Maciel D., Torres A. (2021) Gender, Social Class, and Family Relations in Different Life Stages in Europe. In: Castrén AM. et al. (eds) *The Palgrave Handbook of Family Sociology in Europe*. Palgrave Macmillan, Cham.

Duarte, H., & Lopes, D. (2018). Career stages and occupations impacts on workers motivations. *International Journal of Manpower*, 39(5), 746–763.

Fasel, N., Vauclair, C., Lima, M. L., & Abrams, D. (2020). The relative importance of personal beliefs, meta-stereotypes, and societal stereotypes of age for the wellbeing of older people. *Ageing and Society*, 1-24.

Magalhães, P. C., & Aguiar-Conraria, L. (2018). Procedural Fairness, the Economy, and Support for Political Authorities. *Political Psychology*, 40(1), 165–181.

Nico, M. (2019). *What do I care for? Social Values of Young People Compared*. Brussels: European Union (EU) .

Ramos, A., Pereira, C., Vala, J. (2020) The impact of biological and cultural racisms on attitudes towards immigrants and immigration public policies, *Journal of Ethnic and Migration Studies*, 46 (3):574-592

Para saber mais:

<https://bibliography.europeansocialsurvey.org/>

3 ATITUDES SOCIAIS AO LONGO DE 20 ANOS (2002-2022)

Confiança

Os questionários do ESS incluem um conjunto variado de questões sobre valores, atitudes e comportamentos dos cidadãos que permitem monitorizar mudança e estabilidade ao longo do tempo. Esta secção centra-se sobre alguns destes temas, e pretende mostrar Portugal no contexto europeu evidenciando também as tendências nos últimos 20 anos.

De uma forma geral, a confiança reduz a complexidade ou a incerteza e constitui um elemento fundamental para a qualidade das relações sociais, para o apoio à democracia, e para a compreensão da dinâmica do capital social. Os dados do ESS

permitem construir dois indicadores de confiança: *interpessoal* e *institucional*. O índice de confiança interpessoal foi construído através de três indicadores: “todo o cuidado é pouco”/“a maior parte das pessoas é de confiança”; “a maioria das pessoas só pensam nelas próprias”/“tentam ajudar os outros”; “a maior parte das pessoas tentam aproveitar-se de mim”/“são honestas.” A confiança institucional foi medida através da confiança atribuída a um conjunto de instituições nacionais e internacionais. As respostas foram dadas numa escala que varia entre 0-avaliação mais negativa e 10-avaliação mais positiva.

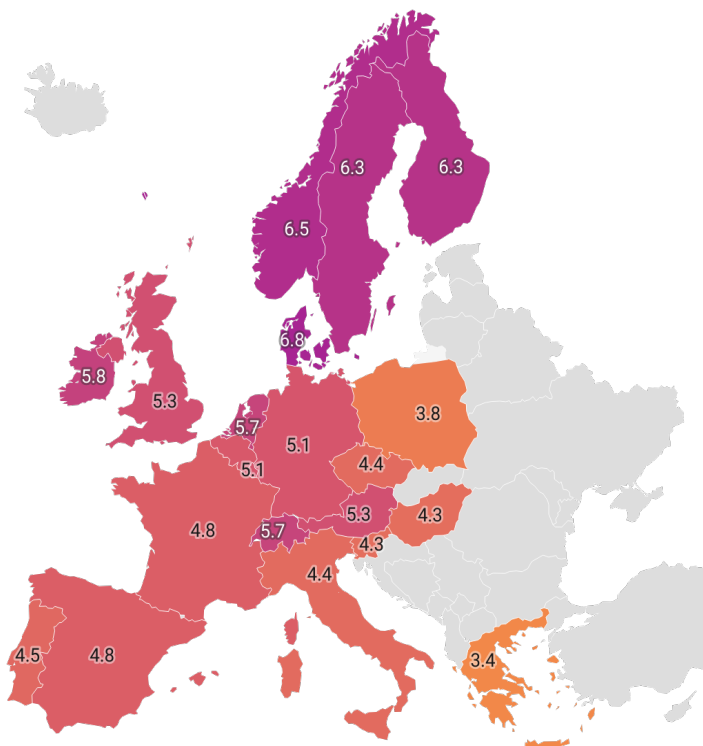
Figura 2

Confiança interpessoal

Valores médios | ESS1 (2002) ESS10 (2022)

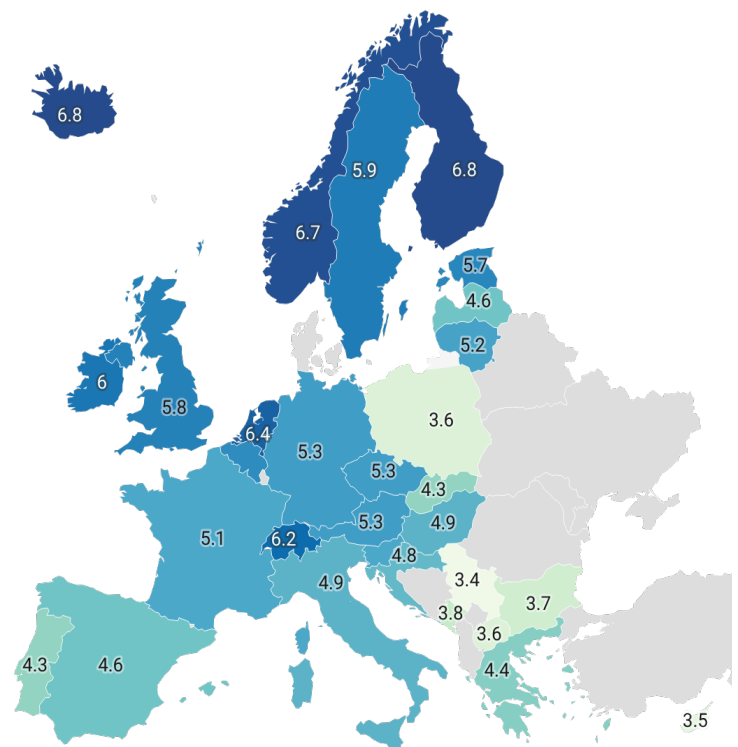
Confiança interpessoal
(Médias - 2002)

low high



Confiança interpessoal
(Médias - 2022)

low high



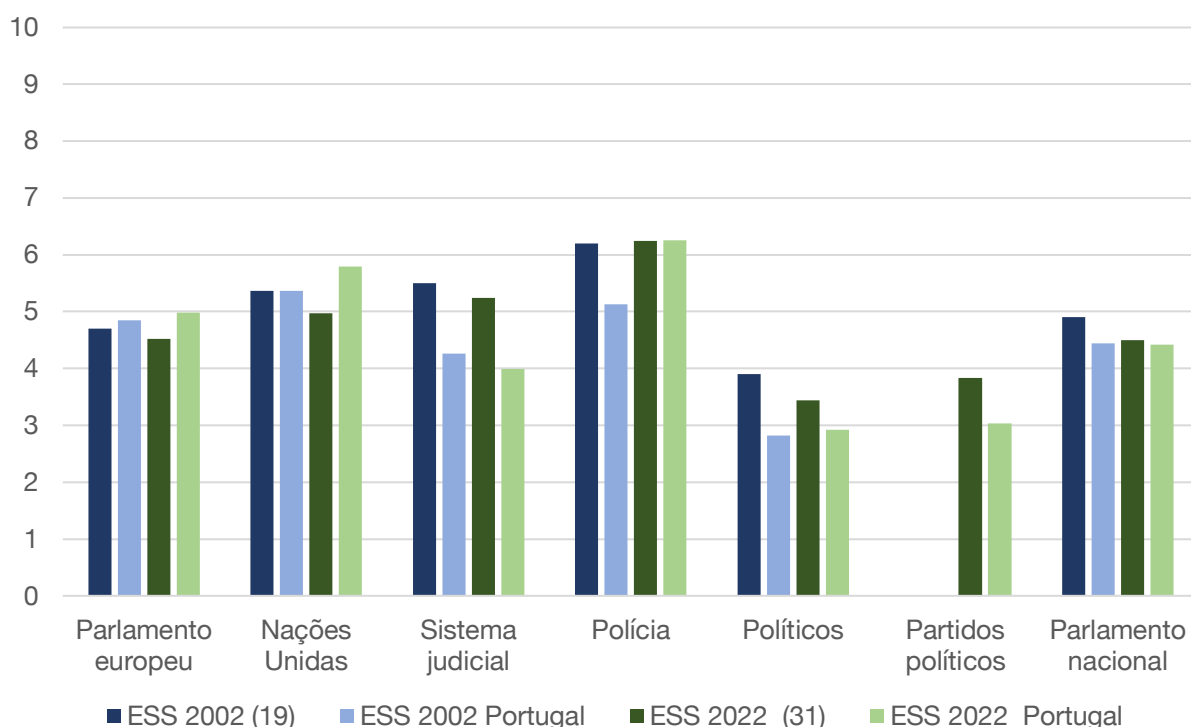
Os baixos níveis de confiança interpessoal são uma característica da população residente em Portugal. Este perfil encontra-se tanto em 2002 como em 2022, estando Portugal no grupo de países com valores abaixo do valor médio da escala e da média europeia (5 em ambos os casos e nas duas rondas em análise) (Figura 2), por oposição aos países nórdicos, onde se registam os valores mais elevados.

Relativamente à confiança nas instituições, e seguindo a tendência do conjunto dos países, os políticos e os partidos políticos continuam a ser os grupos a quem são atribuídos os valores mais baixos de confiança (Figura 3). A polícia é a instituição

mais merecedora de confiança tanto em Portugal como no conjunto dos países, e foi a única instituição nacional que registou um aumento considerável de confiança nas últimas duas décadas. A confiança no sistema judicial é menor agora do que em 2002, apresentando valores muito abaixo da média dos 31 países. Em termos internacionais, as Nações Unidas subiram na avaliação dos portugueses nos últimos 20 anos. Em 2022, Portugal integrava o grupo de países com graus de confiança nas instituições abaixo do valor médio da escala, constatação que não constitui uma novidade: desde 2002 que Portugal apresenta níveis abaixo da média do conjunto dos países participantes no ESS.

Figura 3

Confiança institucional
Valores médios | ESS 2002(19) ESS 2022(31)



Atitudes face à imigração

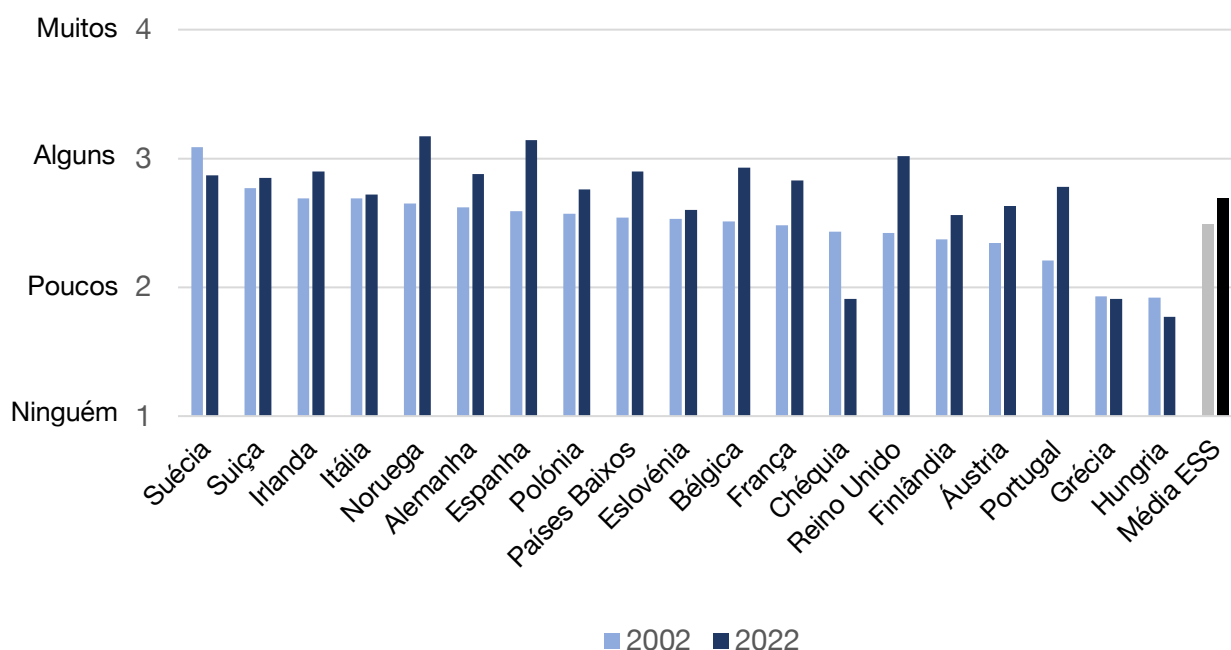
Abertura à entrada de imigrantes

Desde a 1ª ronda do ESS que é pedido aos inquiridos que exprimam o grau de abertura/oposição que consideram que o seu país devia ter à entrada de imigrantes. Dois desses indicadores representam o perfil mais comum de imigrantes na Europa (“pessoas de raça ou grupo étnico diferente da

maioria” e “pessoas de países pobres fora da Europa”) e dada a elevada correlação entre eles foi construído um índice de abertura à imigração, cujos resultados médios, por país, para 2002 e 2022, se apresentam na figura 4.

Figura 4

Abertura à entrada de imigrantes
Valores médios | ESS 2002 e 2022



A tendência geral, medida pela média dos países participantes nas duas rondas (‘média ESS’), é de um aumento na abertura à entrada de imigrantes. Portugal faz parte do conjunto de países onde esta tendência foi mais acentuada, juntamente com o Reino Unido, a Espanha e a Noruega. Em sentido contrário, surgem a Grécia e Hungria como os países onde se regista uma maior oposição à imigração, tendo mesmo aumentado entre 2002 e 2022, e a Chéquia onde se registou o maior crescimento da oposição à imigração no mesmo período. A

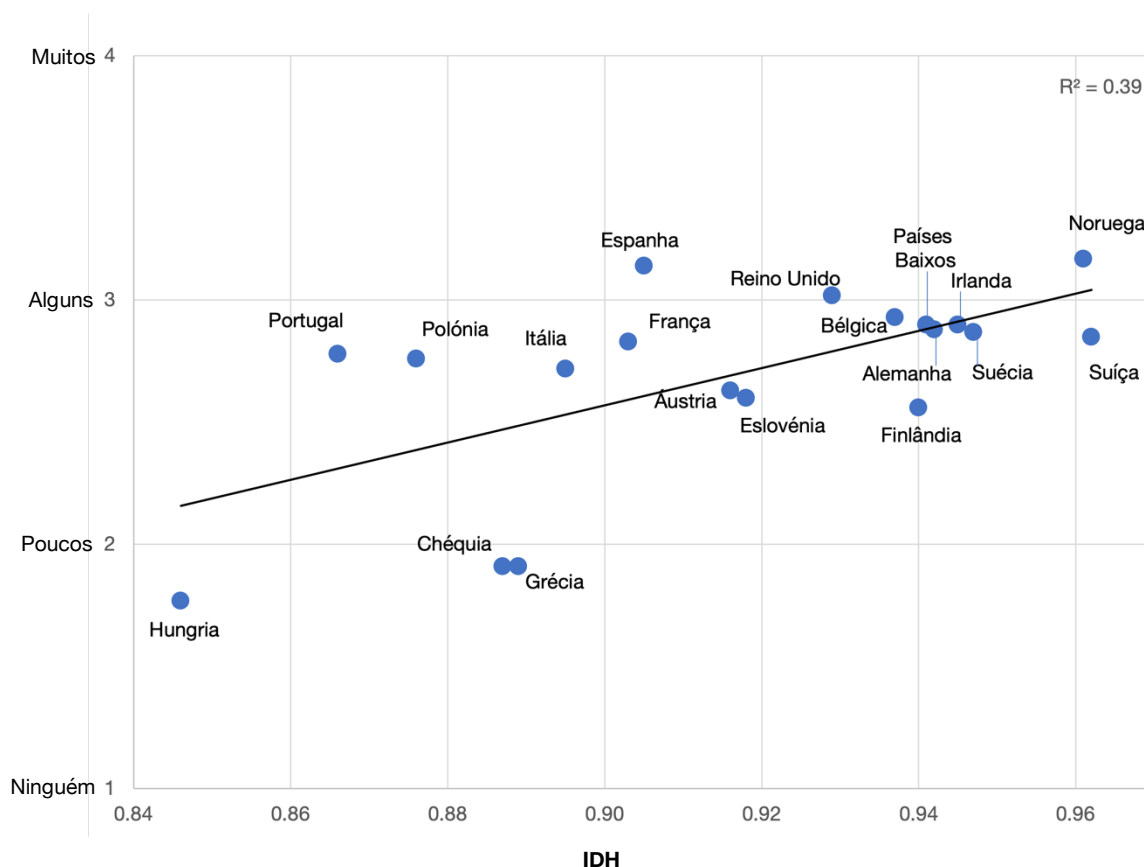
figura 5 ilustra a correlação entre a atitude face à entrada de imigrantes e o Índice de Desenvolvimento Humano dos países participantes em 2022. Verifica-se que quanto maior o IDH maior a abertura à imigração de pessoas oriundas de países pobres fora da Europa e percebidas como pertencendo a grupos étnicos diferentes da maioria. Uma vez que o IDH é um índice composto (esperança de vida, anos médios de escolaridade e rendimento interno bruto), analisámos também a correlação entre PIB e obtivemos o mesmo resultado.

Estes resultados indicam que os países mais desenvolvidos do ponto de vista socioeconómico são, tendencialmente, aqueles em que as pessoas se opõem menos à imigração. Outros estudos

realizados na Europa mostraram já que o aumento do fluxo de imigrantes não tem impacto significativo nas atitudes perante a imigração.

Figura 5

IDH e atitude face à entrada de imigrantes, por país
ESS 2022

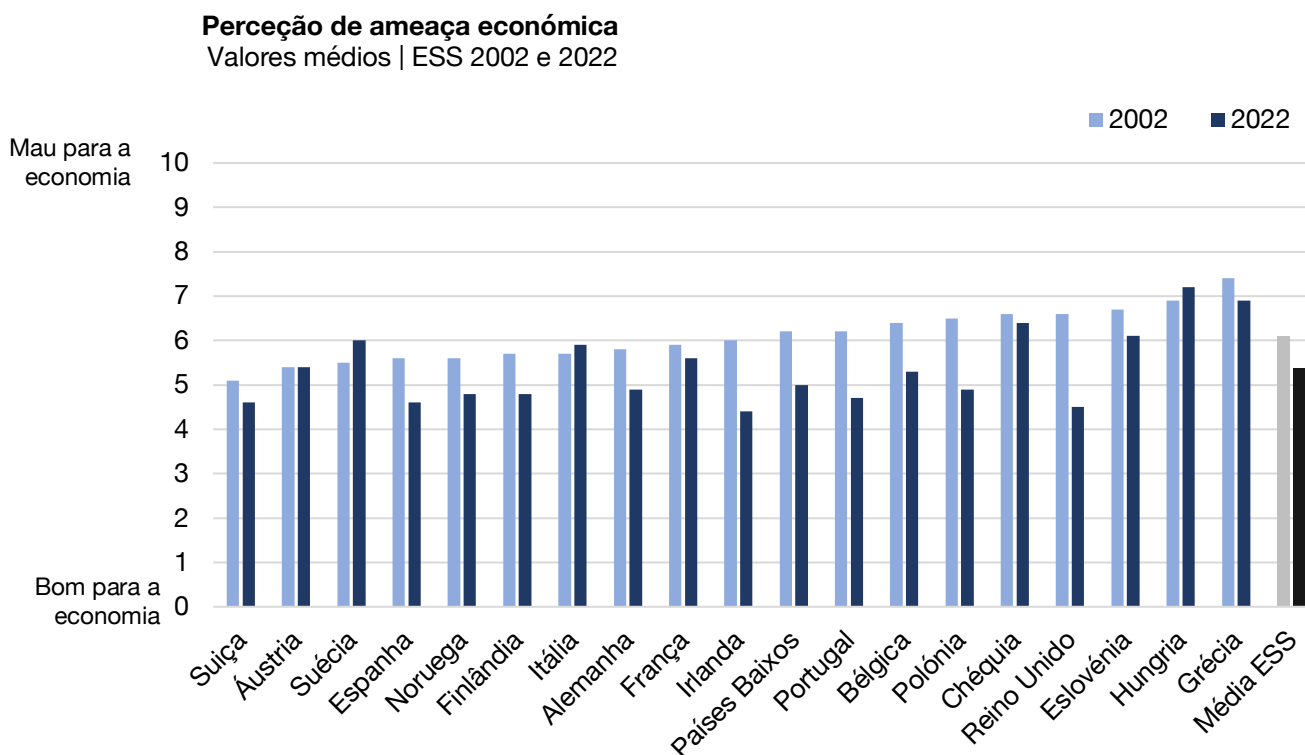


São os imigrantes vistos como uma ameaça?

Estudos realizados na Europa, mas também em diferentes contextos internacionais, têm mostrado que a oposição à entrada de imigrantes está fortemente associada à existência de sentimentos de ameaça. Ou seja, quando os imigrantes constituem uma fonte de preocupação porque se crê que “são maus para a economia” ou “empobrecem a vida cultura”, estão criadas as condições que potenciam a oposição. Alguns estudos têm ainda mostrado como estes sentimentos de ameaça, e o argumento de que os imigrantes ameaçam o bom

funcionamento da sociedade, podem ser uma forma de legitimar atitudes que, nas sociedades europeias atuais, são contrárias às normas democráticas do igualitarismo e da anti-discriminação. Na Figura 6 estão representadas as médias de ameaça económica, por país, em 2002 e 2020. Acompanhando a tendência observada na abertura à imigração, também aqui, quando analisada a média dos países, se verifica um decréscimo da perceção de ameaça económica associada aos imigrantes.

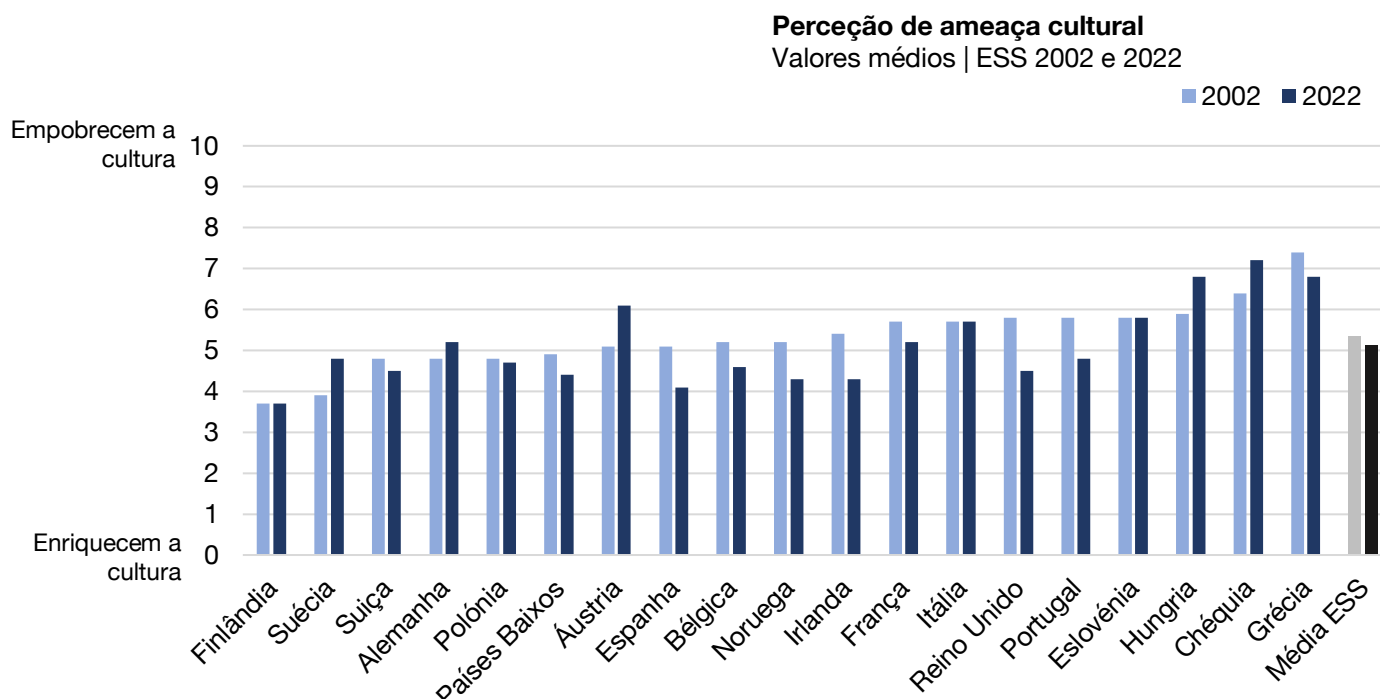
Figura 6



Na maioria dos países a avaliação negativa do impacto dos imigrantes na economia diminuiu, sendo a opinião contrária apenas observável na Suécia, na Itália e na Hungria. Note-se, contudo, que em praticamente metade dos países a média das opiniões está acima do ponto médio da escala, ou seja, do lado das opiniões menos favoráveis. Também no que respeita à influência dos imigrantes na cultura de cada país, em 20 anos as opiniões

tornaram-se mais favoráveis, apesar de existirem países onde a diversidade cultural trazida pelos imigrantes passou a ser vista como uma influência mais negativa, nomeadamente na Suécia, na Alemanha, na Áustria, na Hungria e na Chéquia (Figura 7). Portugal compreende o grupo de países onde as opiniões se tornaram mais favoráveis, juntamente com o Reino Unido, a Irlanda, a Bélgica, a Noruega e a Espanha.

Figura 7



4 A RONDA 10 DO ESS (2021/22)

4.1 VISÕES E AVALIAÇÕES DA DEMOCRACIA

A Ronda 10 (2021-2022) do *European Social Survey* incluiu um conjunto de questões subordinadas ao tema “Visões e Avaliações da Democracia.”

Neste módulo, que já tinha sido aplicado anteriormente na Ronda 6 (2012-2013), amostras representativas das populações de 31 países europeus foram inquiridas sobre dois temas. Por um lado, sobre as suas *concepções* do que deve ser a democracia, ou seja, os aspetos que consideram mais importantes para que um regime se possa dizer “democrático”. Por outro lado, sobre o *desempenho* das suas democracias, ou seja, como avaliam o funcionamento real do sistema político no seu país à luz dos mesmos critérios cuja importância antes apreciaram.

Através do ESS podemos comparar concepções com desempenhos. Dito de outra forma, podemos estimar em que medida os cidadãos detetam *défices democráticos*: a diferença entre

aquilo que julgam que a sua democracia é e aquilo que pensam que ela deveria ser.

Os critérios analisados organizam-se em quatro dimensões fundamentais: *eleitoral* (o funcionamento das eleições, a responsabilização eleitoral dos governos e a existência de reais alternativas partidárias); *liberal* (a igualdade perante a lei, a liberdade de imprensa e a proteção dos direitos das minorias); *social* (a redução das desigualdades de rendimentos e a proteção contra a pobreza); e *direta* (dar a última palavra nas decisões políticas aos cidadãos através de referendos). Importância atribuída e desempenho percebido foram ambos medidos numa escala de 0 a 10, em que 0 significa “muito baixo” e 10 significa “muito alto”.

Os resultados na Figura 8 mostram a diferença entre os valores médios de desempenho percebido da democracia em cada um dos aspetos e a importância média atribuída a cada um deles em Portugal.

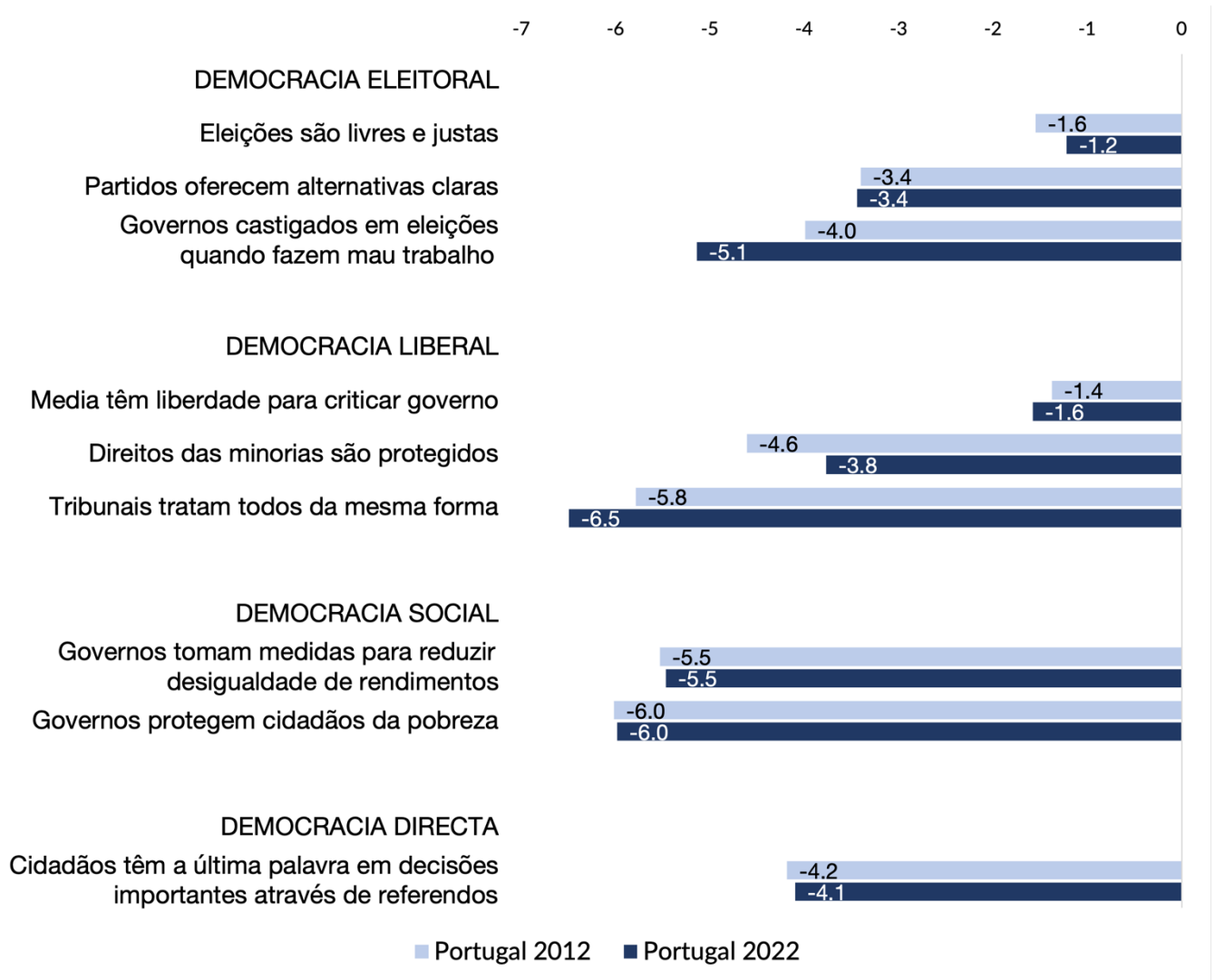


A democracia portuguesa é vista como tendo um desempenho especialmente abaixo do que seria desejável num dos aspetos “liberais” da democracia — a igualdade perante a lei nos tribunais — e em dois aspetos “sociais” da democracia — a redução da desigualdade de

rendimentos e a proteção contra a pobreza. No outro extremo, os défices democráticos são vistos como sendo bastante baixos no que toca ao funcionamento regular das eleições e à liberdade de imprensa.

Figura 8

Défices democráticos (Desempenho menos Importância)
valores médios
Portugal | Rondas 6 (2012) e 10 (2022)



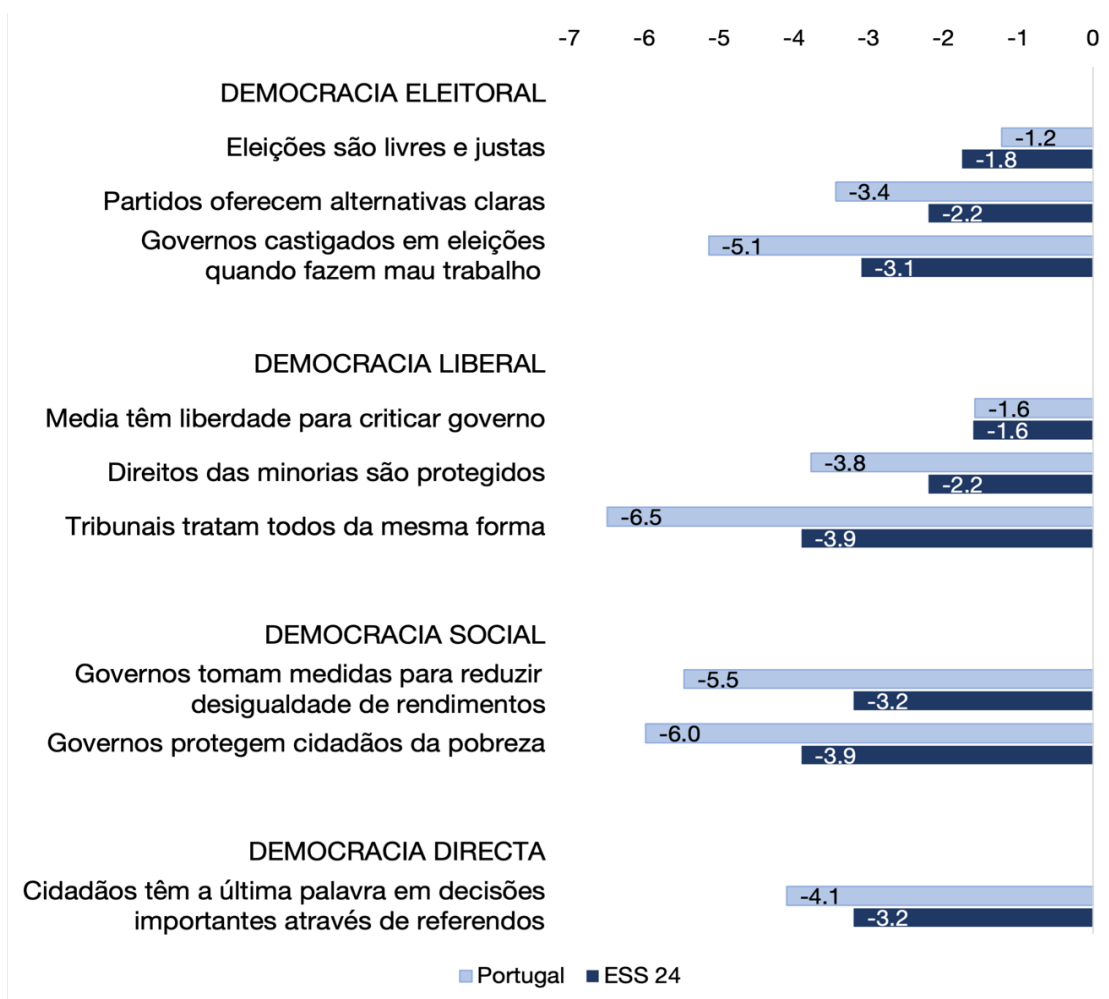
Mas em todos os casos, as diferenças são negativas: a avaliação dos desempenhos está abaixo da importância que os cidadãos atribuem a esses aspetos. De notar, também, como quase nada mudou na última década. As únicas diferenças relevantes detetam-se na proteção dos direitos das minorias— onde o défice diminuiu — e no tratamento de todos por igual pelos tribunais e na responsabilização eleitoral dos governos — onde, do ponto de vista dos cidadãos, os défices democráticos de Portugal se acentuaram.

Na Figura 9, é possível comparar os défices democráticos percebidos em Portugal em 2022 com

a média, também em 2022, dos 24 países que conduziram estes inquéritos nas rondas 6 e 10. Com exceção do que diz respeito ao funcionamento regular do processo eleitoral e da liberdade de imprensa, os inquiridos em Portugal detetam défices maiores no funcionamento do seu sistema democrático do que a média dos cidadãos neste grupo de países europeus. Essas diferenças são maiores no que toca à responsabilização eleitoral dos governos, à igualdade perante a lei e à capacidade de diminuir a desigualdade de rendimentos e proteger os cidadãos da pobreza.

Figura 9

Défices democráticos (Desempenho menos Importância)
valores médios
Portugal & 24 Países | Ronda 10 (2022)



4.2 CONTACTOS DIGITAIS NO TRABALHO E NA FAMÍLIA

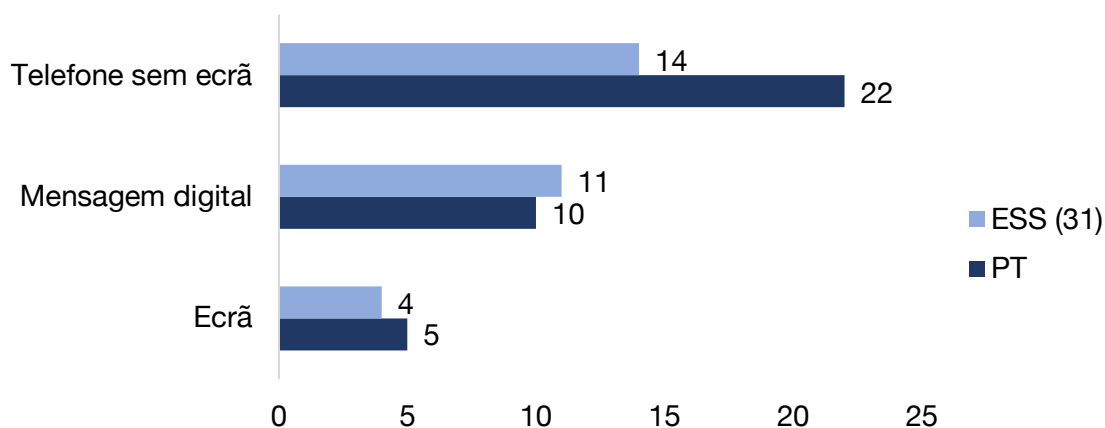
Comunicação com os filhos

Em tempos marcados por ecrãs e meios digitais móveis, a comunicação mediada entre pais e filhos continua a fazer-se sobretudo através da conversa telefónica (“telefone, sem ecrã”). Regista-se, contudo, uma aproximação do uso de

mensagens digitais de texto no contexto europeu, enquanto a comunicação através de aplicações que permitem que os interlocutores se vejam nos ecrãs se apresenta distante de um uso diário (Figura 10).

Figura 10

Comunica com filho/a pelo menos uma vez por dia, por...
Percentagens | Ronda 10 (2022)



A frequência da comunicação diária com os filhos através de conversa telefónica (22%) em Portugal é das mais elevadas no conjunto dos 31 países, juntando-se a países balcânicos (Sérvia, Montenegro, Bulgária), a Chipre e a Israel. Esta intensidade realça a importância da comunicação mediada por este dispositivo mais tradicional em países da Europa do Sul.

A considerável distância, as mensagens digitais estão em segundo lugar, próximas do total

europeu (10% para 11%). Destacam-se nesta prática a Sérvia (20%), e a Espanha lado a lado com Israel (19%).

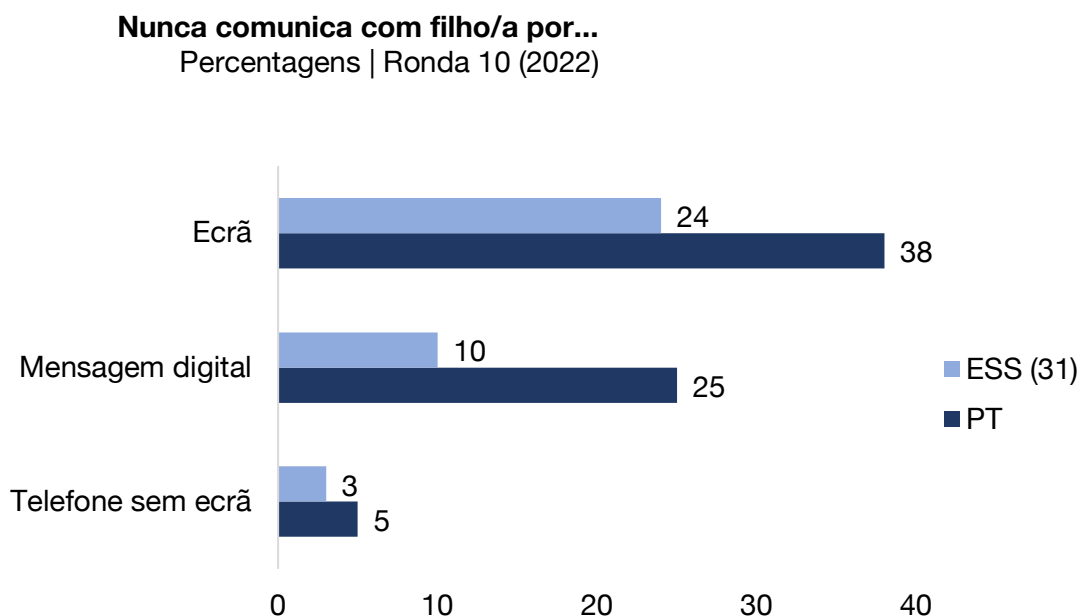
Por último, em Portugal a comunicação mediada por ecrãs é ligeiramente superior ao total europeu, ambos com valores muito baixos. Os valores mais elevados surgem novamente em Israel e Montenegro (ambos com 10%) e Macedónia do Norte (9%).

Ausência de recursos digitais

Enquanto se verifica uma relativa proximidade dos valores portugueses em relação à média europeia no que se refere a acessos diários por dispositivos

digitais, a ausência desses recursos para a comunicação é particularmente expressiva em Portugal no contexto europeu (Figura 11).

Figura 11



Juntamente com a Chéquia e a Bulgária, Portugal é um dos países onde mais respondentes dizem que nunca falam com os filhos através de aplicações que permitem que os interlocutores se vejam em ecrãs (38%), para um total europeu de 24%. A ausência de comunicação por mensagens digitais de texto em Portugal (25%) é mais do dobro do total europeu e situa-se apenas acima da Bélgica, da Macedónia do Norte e da Grécia.

Ao contrário da proximidade de valores registada sobre os usos diários, a ausência do uso desses meios para comunicação com filhos revela-se em Portugal muito superior ao total europeu.

Por fim, observa-se a mesma hierarquia de mediação a nível nacional e europeu: em primeiro lugar o recurso à conversação telefónica sem imagem: acessível, consolidado e onde se destaca a sincronia da comunicação de viva-voz. Menos correntes, mesmo num tempo digital e onde as gerações mais novas estão imersas nesses dispositivos, são as formas de comunicação por ecrãs ou mensagens digitais. A acessibilidade e a facilidade da comunicação verbal parecem assim sobrepor-se ao manejo de teclados ou ao estímulo de uma comunicação audiovisual; em Portugal como na Europa.

5 O FUTURO DO ESS-ERIC

Atualmente está em curso a Ronda 11; a próxima assinalará uma nova etapa na história do ESS, impulsionada pela dificuldade crescente em muitos dos países participantes em continuar a realizar as entrevistas presencialmente, em casa dos/as inquiridos/as. Na verdade, o modo face-a-face está a tornar-se impraticável em muitos países devido ao reduzido número de empresas capazes de seguir os requisitos metodológicos exigidos e ao aumento exponencial dos custos envolvidos. Para responder a esta conjuntura, e tendo em vista a sustentabilidade do projeto, o ESS tem vindo a testar novas metodologias de recolha de informação, que serão postas em prática na Ronda 12, nomeadamente através de dois modos de preenchimento: face-a-face e auto-preenchimento (questionário online e questionário em papel).

Neste contexto surge o *CROss-National Online Survey* (CRONOS), um painel constituído por pessoas que tendo respondido ao inquérito do ESS, aceitaram participar num painel e responder a pequenos inquéritos online. Portugal integrou o grupo de 12 países que participaram no CRONOS-2, recrutando os membros do painel entre os respondentes do ESS10

(<https://estudodeopiniao.wixsite.com/portugal>).

Os dados das rondas realizadas entre abril de 2023 e janeiro de 2024 estão disponíveis no site do ESS-ERIC. Atualmente, através do Infra4NextGen, um projeto financiado no âmbito do HORIZON-INFRA-2014-DEV01, e de que o ICS-ULisboa é parceiro, está em preparação o CRONOS-3.

Em Portugal, o futuro do ESS-ERIC está fortemente relacionado com o futuro da infraestrutura PASSDA. Apesar da incerteza relativamente à modalidade de financiamento futuro das infraestruturas, a Comissão Executiva da PASSDA continuará empenhada no sentido de reforçar a representação de universidades e centros de investigação na infraestrutura. Atualmente, estão em curso conversações com o objetivo de alargar o consórcio PASSDA a centros das universidades de Aveiro, do Minho, do Porto, e da NOVA.

Paralelamente, serão mantidas as conversações com os órgãos do Estado Português responsáveis pela garantia do estatuto de membro de Portugal nas infraestruturas europeias ESS-ERIC e CESSDA-ERIC, de forma, também, a viabilizar a continuidade do ESS em Portugal.



**Estudo de Opinião
em Portugal**



Notas

O *European Social Survey* (ESS-ERIC) é uma infraestrutura de investigação que disponibiliza pública e gratuitamente dados sobre atitudes e comportamentos sociais, recolhidos periodicamente em mais de 30 países. O ESS realiza-se desde 2002, é coordenado centralmente pela City University-Londres e por seis instituições europeias (GESIS, Alemanha; Univ. Católica Lovaina, Bélgica; SIKT, Noruega; SCP, Países Baixos; Univ. Pompeu Fabra, Espanha e Univ. Liubliana, Eslovénia).

Em Portugal, o estudo está, desde o início, afiliado no ICS-ULisboa, tendo sido coordenado entre 2002 e 2018 por Jorge Vala e, desde então, por Alice Ramos. Atualmente, Portugal está representado na Assembleia Geral por Anália Torres (ISCSP-ULisboa) e Jorge Vala (ICS-ULisboa) e no Scientific Advisory Board por Luísa Lima (Iscte-IUL). O ESS faz parte da infraestrutura nacional PASSDA, dirigida por Pedro Magalhães (ICS-ULisboa), um consórcio celebrado entre as seguintes universidades e centros de investigação: ICS-ULisboa, ISEG-ULisboa (REM, CSG), ISCSP-ULisboa (CAPP, CIEG); Universidade de Coimbra (CES); Iscte-IUL (CIS, CIES, Dinâmia-CET).

As atividades centrais do ESS-ERIC são financiadas pelos países membros da ERIC e complementados pela Comissão Europeia. Cada país participante é responsável pela captação do financiamento necessário. Em Portugal, os custos associados à realização do ESS (preparação e execução do trabalho de campo, participação dos representantes nos órgãos centrais (NC Forum, Scientific Advisory Board e General Assembly), quota da ERIC, entre outras) têm sido, até agora, parcialmente suportados pela FCT. A Comissão Executiva do ESS tem conseguido obter

o restante financiamento através da colaboração dos centros de investigação do Consórcio e de outros apoios pontuais. A Ronda 11 contou ainda com o apoio financeiro da Fundação Calouste Gulbenkian.

MÓDULOS FIXOS DO ESS:

- Consumos de *media*
- Confiança interpessoal
- Confiança nas instituições
- Participação política
- Valores sociais
- Capital social
- Exclusão social
- Identidade nacional, étnica e religiosa
- Bem-estar, saúde e segurança
- Caracterização sociodemográfica
- Atitudes face à imigração e aos imigrantes
- Satisfação com o país

MÓDULOS ROTATIVOS:

- R1 – Atitudes face à imigração; Cidadania, participação e democracia
- R2 – Família, trabalho e bem-estar; Moralidade económica; Saúde
- R3 – Bem-estar pessoal e social; Tempos da vida
- R4 – Idadismo; Atitudes face ao Estado-Providência
- R5 – Trabalho, família e bem-estar; Confiança na Justiça
- R6 – Avaliações da democracia; Bem-estar pessoal e social
- R7 – Atitudes face à Imigração; Desigualdades sociais na saúde
- R8 – Atitudes face ao Estado-Providência; Alterações climáticas e energia
- R9 – Tempos da vida; Perceções de Justiça
- R10 – Avaliações da democracia; Contatos digitais no trabalho e na família
- R11 – Desigualdades sociais na saúde; Papéis de Género (dados disponíveis no Outono de 2022).